

## **NOTA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO - NEM**

O Conselho Universitário (CONSUNI), órgão máximo da Universidade Federal do Pampa, em sessão Extraordinária de 02 de junho de 2023, manifesta-se pela revogação do Novo Ensino Médio, pelas razões expostas a seguir: a gênese da proposta do Novo Ensino Médio já é um equívoco pela forma de sua promulgação, através de Medida Provisória, sem que os principais segmentos da educação pudessem ser ouvidos. O polêmico modelo do (Novo) Ensino Médio em vigor a partir da edição da Medida Provisória nº 746/2016, que, mesmo com intensa resistência da comunidade escolar, foi aprovado no Congresso e convertida na Lei nº 13.315/2017, rompeu com a tradição do debate amplo e democrático sobre os temas relevantes da nação, que sempre permeou os rumos da educação: foi assim na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, resultante da Lei nº 9.394/1996, que rege a educação brasileira. Foi assim com os sucessivos planos nacionais de educação, e deveria ter sido assim com o debate sobre a reforma do ensino médio. Além da forma, o Novo Ensino Médio é apontado por especialistas como um equívoco também em seu conteúdo, cujas consequências de sua implantação poderão fragilizar ainda mais a educação de um País que ainda ostenta uma das maiores desigualdades sociais e econômicas entre as nações, apesar de todas as riquezas naturais de que dispomos. Com a justificativa de formar nossa juventude também para o mercado de trabalho, o NEM flexibilizou o conteúdo ministrado nas escolas, tirou a obrigatoriedade de determinadas disciplinas, como Artes, Educação Física e Ciências Sociais e manteve apenas o Português e a Matemática como disciplinas obrigatórias. Também alterou a carga horária para 60% de conteúdos comuns da BNCC e 40% de conteúdos optativos. No entanto, o conteúdo e as possibilidades dessas matérias optativas refletirão as condições sociais em que a escola e seus estudantes estão inseridos, abrindo caminho para dois tipos de escolas, para uma minoria privilegiada e abastada e para a grande maioria marginalizada do processo de desenvolvimento. Já se observa, nos currículos dos chamados “colégios da elite”, mesmo após a reforma do Ensino Médio, a permanência de disciplinas como Filosofia e Sociologia na grade curricular de seus alunos e que os conteúdos optativos oferecem alternativas nas demais áreas como Artes, Natação, Atletismo, Esportes, preparando seus alunos para disputar vagas nas melhores universidades do País. Tal situação contrasta com a realidade dos estudantes do ensino médio nas redes públicas do Brasil, em que disciplinas como História, Sociologia e Educação Física perdem espaço para matérias cuja importância é questionável para a formação do aluno, como “O que rola por aí”, “RPG”, “Brigadeiro caseiro”, “Mundo Pets SA” e “Arte de morar”. Tal projeto não somente mantém, mas também amplia as desigualdades já marcantes na sociedade brasileira. Essa realidade aponta em sentido oposto ao indicado por todos aqueles que ousaram sonhar com uma escola de qualidade para todos, como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Milton Santos, Leonel Brizola, entre outros. Do ponto de vista regional, a não revogação do Novo Ensino Médio impactará fortemente o nível da educação oferecida aos nossos jovens, que terão menos condições de acesso à universidade, pois são alijados de conteúdos mais valorizados, e os poucos que ascendem acumulam deficiências que os colocam em desvantagens em relação aos demais. Será um ensino que priorizará a entrada precoce num mercado de trabalho precarizado, mas que, na prática, nem atende ao mercado de trabalho nem forma o ingresso à universidade. Por último, em uma perspectiva de desenvolvimento nacional, se o

Brasil insistir nesse modelo de Ensino Médio, trilhará o caminho contrário percorrido por países que são reconhecidos por seus sistemas educacionais de alta qualidade, que priorizam a formação integral dos estudantes, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e pela formação de cidadãos críticos e criativos, além de se destacar no cenário internacional. Nesses países, a educação é vista como uma prioridade nacional e é valorizada por toda a sociedade, e o resultado é uma força de trabalho mais qualificada, aumento da produtividade, inovação tecnológica, redução da pobreza e da desigualdade e uma sociedade mais justa e inclusiva.